

de Lurdes Pintassilgo no «DN»

O trabalho tem de ser encarado como uma fonte de cultura

Entrevista de António Cadavez — Fotos de F. Farinha

Procedente de Nairobi, onde participou na Conferência da UNESCO, e antes de regressar a Paris, para continuar o exercício do cargo de embaixadora de Portugal junto daquela organização internacional, a eng.^a Maria de Lurdes Pintassilgo fez ao «D.N.» extensas e importantes declarações.

Ao analisar toda a problemática que presidiu àquela Conferência, toca pontos essenciais da cultura e o reconhecimento dos valores regionais, afirmando nomeadamente que «o trabalho tem que ser encarado como fonte de cultura e não como um certo número de horas que semanalmente tem que se realizar para, depois, nos tempos livres, se adquirir e se viver a cultura». Aborda, ainda, nas suas declarações ao «D.N.», o conteúdo do conceito da democratização do ensino e o problema da participação das mulheres na inflexão do desenvolvimento industrial.

O conceito justo da dimensão do trabalho como fonte de cultura e a crise latente da UNESCO enquanto desdenha a dimensão transcendente do homem, foram ainda outros pontos focados neste diálogo franco numa das dependências do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

«DN» — Há anos, numa exposição das linhas do seu programa, afirmou que desejava aprofundar o gosto pela cultura nacional, cultura profunda e autêntica, que pode até ser mítica, onde se exprime de modo mais genuíno a alma dum povo. Subscrever, ainda hoje, esta afirmação?

MLP — Subscrevo inteiramente essa afirmação, mas como vejo a cultura de forma dinâmica também hoje diria que a cultura dum povo como realidade dinâmica em momentos de grande transformação social trás à superfície novos elementos dessa consciência mítica. Quando falo em consciência mítica estou a referir-me ao nível dos valores que formam o inconsciente colectivo e que são tecidos pelo facto de possuímos a mesma língua, decorremos da mesma história e sermos afetados, pelos mesmos acontecimentos e, os dois últimos anos foram um desses acontecimentos capazes de trazer à superfície a identidade cultural do povo português.

Porque é que isto é importante para o mundo «tout court»? Porque o balanço político da evolução do mundo mostra que ao colonialismo político se sobrepõe o colonialismo económico e cultural. O colonialismo económico é tão grave que, em 1974, se reuniu a Assembleia

Extraordinária da ONU para definir os pontos fundamentais duma nova ordem económica internacional. A essa preocupação e contribuição da UNESCO para a nova ordem económica ocupou um dos aspectos fundamentais da Conferência de Nairobi.

Acreditamos que, através da identidade cultural afirmada por cada povo, cada etnia e por cada minoria, é possível construir um novo tipo de relações na sociedade.

A autonomia cultural é qualquer coisa fundamental, não só para a paz no mundo, entendida em termos verdadeiramente plenos, mas também para a originalidade de cada povo, e para a realização individual de cada pessoa. Cada um de nós é a sua própria racionalidade e o seu prolongamento, aquilo que é o seu ambiente natural e cultural. Ora, só na medida em que houver uma perfeita harmonia entre aquilo que somos profundamente — ambiente natural, e o ambiente cultural — que cada um de nós vai criando, se pode pensar que se é feliz e poder construir uma sociedade nova.

Isto é de tão grande preocupação da UNESCO que, uma das grandes áreas de problemas é, justamente, o homem e o seu ambiente natural e cultural.



A Unesco tenta superar a «política de blocos»

A escola segundo a perspectiva da UNESCO

«DN» — Há outro problema, no domínio da cultura, também não menos grave, posto, precisamente, pelo que se denomina a escola paralela: rádio e televisão. Os jovens, hoje, passam mais tempo a ouvir rádio e ver televisão do que na escola. Um inquérito, em França, revelou, em dados estatísticos, que 33 por cento dos professores afirmam que estes meios têm interesse e favorecem o estudo; 53 por cento optam pela negativa, com 14 por cento de abstenções. Que tal ser no futuro?

MLP — Na conferência da UNESCO foi referida a necessidade de olhar a juventude como um novo grupo social, com características próprias, cuja forma de educação não está ainda suficientemente estudada e analisada. A UNESCO tem bem consciência ao desenvolver as técnicas, métodos e conteúdos de educação, mesmo utilizando os meios de comunicação: rádio e televisão, tanto na América Latina como na África (o exemplo típico é o da Costa do Marfim que tem uma cobertura total educacional através duma rede de televisão), que a questão da escola não pode ser encarada isoladamente como acaba de dizer. O que há é que por em equação no mesmo plano da UNESCO para os próximos seis anos é, vincadamente, intersectorial) todas as fontes de formação da juventude. Não carece contrapor a escola, mas para analisar se a juventude é influenciada pela televisão ou pela rádio, pela proliferação dos discos, vedetas ou outro tipo de música; se pelo espírito gregário que caracteriza as comunidades que, continuamente, estão a surgir em todos os países. A partir daqui, é preciso equacionar em termos novos esta formação da juventude.

Não posso dizer que a UNESCO tenha já uma resposta, tem a preocupação e a resolução de estudar de uma forma exaustiva, quanto possível, a contribuição de todos esses factores sociais para a formação da juventude. Por isso, a escola terá de ser vista de maneira diferente; reduzida a dimensão que deverá ter numa sociedade em que o universo da informação é mais vasto que os muros da escola.

A escola terá de ser o lugar onde a criança e o jovem vão criar e analisar, avaliar e equilibrar aquilo que lhe chega através do universo em que se movimentam.

«DN» — Estes serão os parâmetros para aterir a medida da nota escola?

MLP — Alguns dos parâmetros, com certeza...

«DN» — Haverá outros a acrescentar a estes?

MLP — A escola terá um parâmetro fundamentalmente ético. Não poderá ser mera fábrica de salsichas (riu-se). Será o aforizador e a ajuda para que essa informação difusa se

organize e sistematize. Por isso, deverá contribuir de forma clara para a formação da consciência moral, não no sentido intimista privatista, mas no sentido do bem colectivo.

«DN» — Ponho agora uma questão delicada: A escola é, no nosso tempo, acultural, na medida em que despreza as culturas locais, nomeadamente, os dialectos, é massificadora e cria robots nos seus alunos. Concorda com esta afirmação?

MLP — Estou plenamente de acordo, porque julgamos que a democratização do ensino era abrir cada vez mais escolas a toda a população e ter cada vez mais professores e não vamos que, neste salto quantitativo, está implícito um salto qualitativo. Esta mudança total de óptica tem que levar aquilo a que já nos referimos: a inserção da aprendizagem básica numa cultura nova que faz parte duma nação mas que pertence, sobretudo, aquela comunidade local. Quanto mais o homem quer ser planetário, mais enraizado ele tem de estar porque, senão, fica sem qualquer ligação à terra. Esta ligação à terra tem uma tradição que me é particularmente cara porque bíblica, e é fundamental para que o homem seja capaz de se realizar enquanto homem.

Quando me fala na inserção da escola na região e nos valores locais, isso é tão importante que, um dia, Senegal tem, neste momento, homens e mulheres duma qualidade invulgar em plataformas internacionais. Mas podia falar também na Jugoslávia. Que fazem estes dois países? No Senegal existem cerca de seis línguas diferentes. Até aqui, a educação era feita apenas na língua francesa, que falava de uma maneira nova, fresca e magistral. Neste momento, a educação é ministrada na língua local e na língua francesa. Na Jugoslávia, os valores linguísticos das seis repúblicas que a integram são assumidos pelo sistema escolar. Exemplos extremamente importantes que, no projecto de estudo da UNESCO, é toda a análise das possibilidades do indivíduo.

Nós, juntamente com a Jugoslávia, fizemos uma emenda importante, na conferência de Nairobi, quando se falava nos grupos minoritários e no direito dos trabalhadores migrantes, em todas as partes do Mundo e da sua integração na cultura do país de acolhimento.

A emenda referia, justamente, a dupla participação cultural desses grupos. Não nos interessa apenas a sua integração numa cultura nova, mas também o aprofundamento da cultura de origem.

Esta missão é difícil de realizar até porque os agentes de educação, nesta dupla cultura, terão de ser pessoas que dominem completamente as duas culturas. Este conceito de escola e educação está presente, neste momento, na UNESCO.



A UNESCO e a participação das mulheres nos objectivos do desenvolvimento

«DN» — *Ninguém melhor que a senhora embaixatriz poderá referir quais os planos da UNESCO nos domínios da educação e promoção da mulher. Que se lhe oferece dizer a este respeito?*

MLP — A UNESCO, desde o início, incluiu no grande capítulo dos direitos do homem o direito das mulheres, o que é fundamental, visto que representam metade da humanidade e, no nosso país, mais de metade.

Até há pouco tempo, a óptica dominante de promoção da mulher, de igualdade da mulher, deu-lhes acesso a mesma educação. É fundamental que, numa sociedade como a nossa, em transição para o socialismo, que existam igualdade e oportunidades para todos. Mas há uma óptica para além dessas, que foi afirmada também, agora, em Nairobi, numa resolução proposta conjuntamente pelos Estados Unidos, Filipinas e Portugal, em que, reconhecida a necessidade de igualdade e oportunidades se reconheça o carácter específico e próprio da contribuição das mulheres; sejam elas a definir os seus próprios programas e os seus próprios interesses.

O que se tem verificado, nos países altamente industrializados, onde as mulheres entraram, rapidamente, no mundo do trabalho e a sua educação esteve em paridade com a dos homens, é que elas apenas vieram aumentar a mão-de-obra. Ora, não nos parece que metade da humanidade diferente da outra metade tenha, necessariamente e apenas, este contributo a dar ao Mundo e a sociedade. Pareceu-nos ser necessário introduzir nessa resolução que fossem as próprias mulheres, em todos os países, a todos os níveis da planificação científica, cultural, social e educativa, a definir os objectivos da sua própria participação.

Enquanto força colectiva as mulheres não têm tido intervenção na inflexão dos objectivos do desenvolvimento. Num país como o nosso, se permitissemos às mulheres do Alentejo, Beiras ou Nordeste quais são os primeiros objectivos do desenvolvimento elas far-nos-iam algumas surpresas. E se seguíssemos os conselhos e ideias dessas mulheres talvez encontrássemos as vias originais. A UNESCO procura, neste momento, não apenas uma participação das mulheres no desenvolvimento, em que elas vêm aceitar e cumprir objectivos definidos pelos homens, mas em que as mulheres contribuem para a definição dos objectivos do desenvolvimento.

«D.N.» — *O balanço desta conferência da UNESCO é positivo. Que se vai seguir, nomeadamente aqui, em Portugal?*

MLP — (Rindo-se com espontaneidade) O balanço da reunião foi extraordinário em termos verdadeiramente cultu-

rais. Elaboramos um plano para seis anos em que as áreas cobertas são variadas.

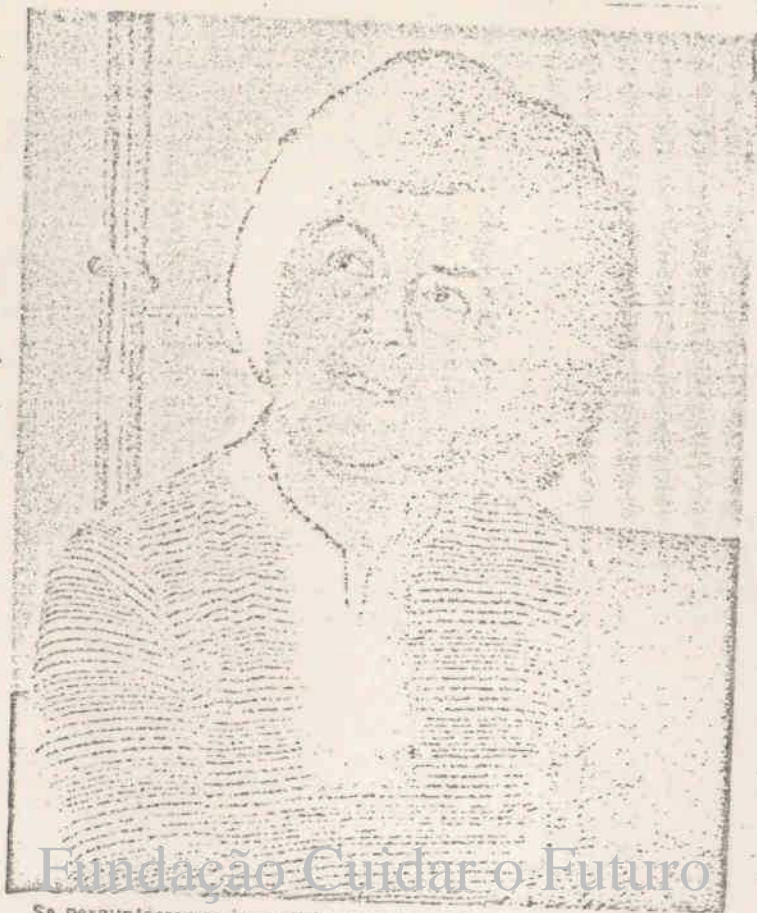
Definimos um programa, a longo prazo, sobre a contribuição da UNESCO a favor da paz; para a instauração duma nova ordem internacional; para a promoção dos direitos dos homens e eliminação definitiva do colonialismo e do racismo.

Estudámos e aprovámos algumas recomendações, convenções e instrumentos jurídicos; a UNESCO funciona como programa de acção e, ao mesmo tempo, com alguns instrumentos legais. Em primeiro plano está a declaração — quando é o caso de se tratar de grandes princípios — o que não teve lugar nesta reunião, de forma acentuadamente sentida, porque duas delas, uma sobre a raça e preconceitos raciais e outra sobre a contribuição dos meios de comunicação para a paz, não estavam suficientemente bem elaboradas. Ficou então decidido fazer um estudo, nos vários países, no que concerne a raça, para que, nestes dois anos, desencadeássemos um processo de mentalização de toda a população sobre os preconceitos raciais existentes no próprio país. Quando um dia a UNESCO fizer uma declaração sobre a raça ela vai encontrar dentro de cada país, um povo que tem digno respeito e isso tem um fundo.

Estas duas declarações foram adiadas para daqui a dois anos, mas adoptámos várias recomendações e convenções. Uma recomendação sobre o desenvolvimento de educação de adultos, outra, de imensa importância para Portugal, sobre a contribuição e participação das massas populares para a criação da cultura e para a vida cultural da sociedade. Outra recomendação ainda sobre a troca internacional de bens culturais, e salvaguarda dos valores históricos e tradicionais, onde os principais defensores e artífices dessa salvaguarda são as populações locais.

Aprovámos ainda uma recomendação sobre a normalização internacional de estatísticas relativas à rádio e à televisão e à protecção jurídica dos tradutores, que constituem, cada vez mais, um instrumento de diálogo entre os povos. Considerámos, também, a oportunidade de vir a definir a condição e estatuto social do artista. Sobre este ainda não tomámos uma decisão definitiva. Adoptámos ainda uma normalização internacional das estatísticas relativas à educação, à ciência e à tecnologia, porque, quando algum órgão internacional faz uma comparação estatística, há sempre um país que vem dizer que não é exactamente assim. Aconteceu, recentemente, com uma estatística feita pela OCDE em que a França se encarregou imediatamente de corrigir, dizendo que os dados não eram comparáveis. De facto, assim é, porque cada país utili-





Fundação Cuidar o Futuro

Se perguntássemos às mulheres do Alentejo, das Beiras ou do Nordeste, quais são os seus primeiros objectivos, teríamos algumas surpresas

za um determinado critério para estatísticas: nalguns países as mulheres do meio rural são

consideradas população activa e, no nosso país, não são consideradas como tal.

A crise mais vasta da UNESCO: o vazio cultural do transcendente

«DN» — Não gostaria de terminar esta entrevista sem formular uma última pergunta. Acha que a religião poderá trazer algum contributo aos trabalhos desenvolvidos pela UNESCO?

M.L.P. — Só isso dava para uma entrevista!... Considero a crise mais grave da UNESCO o ter esvaziado a cultura de toda a dimensão transcendente, onde não há, praticamente, nenhuma referência à dimensão religiosa do homem em todo o trabalho.

Alguns países, incluindo Portugal, propuseram que, neste plano de seis anos, se faça uma correcção, introduzindo um objectivo intersectorial que diz respeito, justamente, à dimensão religiosa do homem e à sua relação com a cultura, ate porque culto e cultura têm a mesma raiz. Parece-nos uma mutilação da cultura e vazia-lu da realidade e dos elementos fundamentais da existência. Porque, se não, teremos uma cultura unidimensional e não

uma cultura que aponta para um horizonte mais vasto.

Esta crise não é a secularização, porque a secularização das instituições supõe o reconhecimento de que alhures se afirma noutras instâncias.

A cultura deixou de ser cultura elitista para ser cultura de massas, toda a gente é criadora da cultura, toda a gente tem acesso aos meios que facilitam a pessoa de criar a cultura. A cultura vai determinar o tipo de ciência e de tecnologia, tem uma dimensão política — e isto tem sido a batalha destes últimos anos dentro da UNESCO — por isso, se tem falado na politização da cultura. Mas, a cultura ao ver-se alargada a todos estes sectores foi mudada e absorvida por cada um deles. Estamos, agora, no termo da cultura na sua dimensão política, e julgo que é altura de fazer reintroduzir a dimensão essencial religiosa, sem a qual a cultura não é expressão da totalidade do homem, mas expressão do fazer do homem.